



Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista de Controle Externo
Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)

... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)

... as mensagens que **lhe** seriam passadas... (4º parágrafo)

Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a

 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) ... que poderia interpretar criativamente... (4º parágrafo)
 - (B) ... os Estados Unidos... (1º parágrafo)
 - (C) ... que assim se desqualificaria como tal. (2º parágrafo)
 - (D) ... padronizado... (2º parágrafo)
 - (E) ... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios... (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *ademais* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
 - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
 - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
 - (D) *Não que* a cultura de massa fosse necessariamente igual...
 - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ...cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam às condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que

- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.

27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do

- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.

28. Considere:

- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.

De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X

- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:

- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.

Noções de Direito Administrativo

31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.

32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em

- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
- (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
- (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
- (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
- (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
- (B) válido.
- (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
- (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
- (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
- (B) 100 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 150 dias.
- (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
- (B) ambas as condutas estão incorretas.
- (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
- (D) ambas as condutas estão corretas.
- (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
- III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
- (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
- (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <p>I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p> <p>II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.</p> <p>III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.</p> <p>IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p>V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II, e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <p>(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.</p> <p>(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.</p> <p>(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.</p> <p>(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.</p>	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p> <p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>



<p>47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros</p> <p>(A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.</p> <p>(D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.</p> <p>(E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado de Goiás</p> <p>51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro</p> <p>(A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.</p> <p>(B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.</p> <p>(C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.</p> <p>(D) dedicar-se à atividade político-partidária.</p> <p>(E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.</p>
<p>48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando</p> <p>(A) houver omissão no dever de prestar contas.</p> <p>(B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.</p> <p>(C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.</p> <p>(D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.</p> <p>(E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.</p>	<p>52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:</p> <p>I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.</p> <p>II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.</p> <p>III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.</p> <p>De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos</p> <p>(A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.</p> <p>(B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.</p> <p>(C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.</p> <p>(D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.</p> <p>(E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.</p>	<p>53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a</p> <p>(A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.</p> <p>(B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.</p> <p>(C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.</p> <p>(D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.</p> <p>(E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.</p>
<p>50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de</p> <p>(A) contas anuais e prestação de contas.</p> <p>(B) tomada de contas e contas de gestão.</p> <p>(C) contas anuais e tomada de contas.</p> <p>(D) tomada de contas e prestação de contas.</p> <p>(E) prestação de contas e contas de gestão.</p>	



<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avoação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Administração Financeira e Orçamentária

61. Considere as seguintes receitas de impostos:

- I. transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- II. exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- III. transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- IV. operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- V. propriedade de veículos automotores.

São receitas tributárias pertencentes aos Estados as que constam APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, III, e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e V.
- (E) II, III e IV.

62. As despesas com material de consumo e com a aquisição de imóvel para construção de um hospital público estadual classificam-se, nos grupos de natureza de despesa, respectivamente, em:

- (A) correntes e ativos permanentes.
- (B) outras despesas correntes e investimentos.
- (C) correntes e ativos imobilizados.
- (D) outras despesas correntes e inversões financeiras.
- (E) custeio e despesa de capital.

63. De acordo com a Constituição Federal, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras, a destinação de recursos para

- (A) a amortização e encargos da dívida pública, e a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) as ações e serviços de assistência social, e as ações e serviços públicos de saúde.
- (C) as ações e serviços de segurança pública, e o pagamento de servidores ativos e inativos.
- (D) a amortização e encargos da dívida pública, e as ações e serviços públicos de saúde.
- (E) as ações e serviços públicos de saúde, e a manutenção e desenvolvimento do ensino.

64. A capital de determinado Estado, com o objetivo de melhorar o fluxo de trânsito no centro da cidade, contratou uma empresa para a construção de um viaduto, no valor de R\$ 4.500.000,00, com prazo previsto de execução em 18 meses. Com relação a classificação da despesa por estrutura programática, nos termos da Portaria MOG nº 42/1999, é correto afirmar que se trata de

- (A) um ativo permanente.
- (B) um projeto.
- (C) uma despesa de Infra-Estrutura Urbana.
- (D) um ativo imobilizado.
- (E) uma atividade.

Atenção: Para responder às questões de números 65 e 66, considere a classificação da despesa orçamentária, por categoria econômica e elemento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Despesas Orçamentárias	Valor
– aquisição de material de expediente	70
– pagamento de locação de imóveis	130
– pagamento de tarifas de energia elétrica	80
– amortização de dívida de longo prazo	180
– aquisição de terrenos para construção de escolas públicas	170
– aquisição de produtos de higienização	50
– pagamento de juros referente à operação de crédito	120
– aquisição de material gráfico e de processamento de dados	110
– locação de equipamentos e materiais permanentes	70

65. O valor das despesas orçamentárias referentes ao elemento "Material de Consumo", é de

- (A) 200
- (B) 160
- (C) 230
- (D) 120
- (E) 310

66. As despesas correntes e de capital somam, respectivamente,

- (A) 500 e 480
- (B) 510 e 470
- (C) 560 e 420
- (D) 310 e 670
- (E) 630 e 350



Atenção: Com relação à classificação da receita orçamentária, considere as seguintes receitas realizadas/recebidas, por uma entidade do setor público, e responda às questões de números 67 e 68.

Receitas Realizadas /Recebidas	Valor R\$
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	550
- Aluguéis	140
- Multas e Juros de Mora sobre IPVA	110
- Alienação de Bens Imóveis	340
- Remuneração de Depósitos Bancários	120
- Cota-Parte do FPE (Fundo de Participação dos Estados)	700
- Multas e Juros de Mora sobre ICMS	120
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	350
- Concessões e Permissões – Serviços de Transportes	190
- Amortização de Empréstimos	310
- Cota-Parte do IPI	670
- Multas e Juros de Mora de Aluguel	60
- Dívida Ativa de ICMS	560
- Contribuição de Melhoria	150

67. As receitas “Patrimoniais” e as Receitas de “Transferências Correntes”, respectivamente, somam

- (A) 330 e 1.370
- (B) 450 e 670
- (C) 450 e 1.370
- (D) 690 e 1.370
- (E) 450 e 610

68. As receitas “Outras Receitas Correntes” e as “Receitas de Capital”, respectivamente, somam

- (A) 850 e 650
- (B) 1.040 e 790
- (C) 290 e 340
- (D) 200 e 840
- (E) 710 e 890

69. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias recebeu novas e importantes funções. Com relação às novas funções incumbidas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, considere:

- I. Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
- II. Disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- III. Estabelecer critérios para início de novos projetos, após o adequado atendimento dos que já estão em andamento.
- IV. Estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultados primário e nominal previstas para o exercício.
- V. Dispor sobre o limite de endividamento em relação à arrecadação das Receitas Orçamentárias.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) III, IV e V.



<p>70. A despesa total com pessoal líquida do Poder Executivo de determinado Estado, ao final do 2º quadrimestre de 2014, era de R\$ 1.180.000,00. Considerando que o valor total das receitas correntes líquidas, para efeito de apuração dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, era de R\$ 2.500.000,00, é correto afirmar que</p> <p>(A) a despesa total com pessoal líquida encontra-se, acima do limite máximo, portanto, se faz necessário o Tribunal de Contas promover o alerta.</p> <p>(B) o Tribunal de Contas alertará o Poder Executivo que o montante da despesa total com pessoal líquida alcançou 50% do limite máximo.</p> <p>(C) o Tribunal de Contas alertará o Poder Executivo que o montante da despesa total com pessoal líquida ultrapassou 90% do limite máximo.</p> <p>(D) o Tribunal de Contas alertará o Poder Executivo que o montante da despesa total com pessoal líquida ultrapassou 60% do limite máximo.</p> <p>(E) o Tribunal de Contas alertará o Poder Executivo que o montante da despesa total com pessoal líquida ultrapassou o limite prudencial e máximo.</p>	<p>74. Conforme preceitua a Lei Estadual nº 17.928/2012, a licitação para registro de preços, desde que o critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou da entidade, poderá, excepcionalmente, adotar, na modalidade</p> <p>(A) leilão, o tipo menor preço.</p> <p>(B) pregão, o tipo técnica e preço.</p> <p>(C) tomada de preços, o tipo menor preço.</p> <p>(D) tomada de preços, o tipo técnica e preço.</p> <p>(E) concorrência, o tipo técnica e preço.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>71. Considere a seguinte hipótese: "O ato administrativo X será revogado pelo servidor público Joel". Nesse caso, o ato em questão</p> <p>(A) poderá, após a revogação, ser posteriormente anulado.</p> <p>(B) deverá conter vício em um de seus requisitos.</p> <p>(C) será revogado pelo servidor, podendo, concomitantemente, ser revogado pelo Judiciário.</p> <p>(D) produzirá efeitos até a data da revogação.</p> <p>(E) será revogado com efeitos retroativos.</p>	<p>75. Rogério, servidor público do Estado de Goiás, viajará a serviço para fora do País, tendo, portanto, direito à respectiva ajuda de custo prevista na Lei Estadual nº 10.460/1988. Nesse caso, é competente para o arbitramento da aludida ajuda o</p> <p>(A) Secretário de Estado.</p> <p>(B) Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(C) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.</p> <p>(D) Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.</p> <p>(E) Ministro das Relações Exteriores.</p>
<p>72. Breno, servidor público federal e chefe de repartição pública na área aduaneira, permitiu, dolosamente, que empresa privada exploradora de atividade portuária enriquecesse ilícitamente, o que ocasionou inequívoco prejuízo aos cofres públicos. Nesse caso, e nos termos da Lei nº 8.429/1992, Breno</p> <p>(A) não deve ser condenado por improbidade, uma vez que não se enquadra em sujeito ativo de ato ímprobo.</p> <p>(B) está sujeito exclusivamente à sanção de ressarcimento do dano.</p> <p>(C) pode ser condenado, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.</p> <p>(D) pode ser condenado, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano.</p> <p>(E) pode ser condenado, dentre outras sanções, à proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.</p>	<p>76. Antônio, servidor público do Estado de Goiás, e sem antecedentes em seu histórico funcional, faltou com a verdade no exercício de suas funções, por má-fé. Nos termos da Lei Estadual nº 10.460/1988, a ação disciplinar para a imposição da respectiva penalidade, tendo em vista a infração funcional praticada por Antônio, prescreverá em</p> <p>(A) 1 ano.</p> <p>(B) 2 anos.</p> <p>(C) 3 anos.</p> <p>(D) 5 anos.</p> <p>(E) 6 anos.</p>
<p>73. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação é dispensável quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República. Nessa hipótese, deverá ser previamente ouvido o</p> <p>(A) Conselho de Defesa Nacional.</p> <p>(B) Ministro da Justiça.</p> <p>(C) Ministro das Relações Exteriores.</p> <p>(D) Ministro da Defesa.</p> <p>(E) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>77. Dentre as características e peculiaridades do poder de polícia administrativa, considerado este em seu sentido amplo, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) se manifesta, dentre outras formas, através de atos normativos e de alcance geral, como, por exemplo, regulamentos ou portarias que proíbem soltar balões em épocas de festas juninas.</p> <p>(B) dentre os meios de atuação, pode adotar medidas repressivas.</p> <p>(C) uma de suas características é a coercibilidade.</p> <p>(D) uma de suas características é a discricionariedade absoluta.</p> <p>(E) constitui exemplo de atos fiscalizatórios do poder de polícia, a vistoria de veículos automotores para garantia de condições de segurança.</p>



78. Considere as seguintes assertivas concernentes ao tema *desapropriação*:

- I. O sujeito ativo da desapropriação é apenas aquela pessoa jurídica que pode submeter o bem à força expropriatória, o que se faz pela declaração de utilidade pública ou de interesse social.
- II. Os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações (fase executória) mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.
- III. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) dispõe do poder de declarar de utilidade pública determinadas áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.
- IV. Os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público não poderão promover desapropriações (fase executória).

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

79. Considere:

- I. Exigência de autorização legislativa.
- II. Direito real de gozo.
- III. Coisa dominante: um serviço público ou um bem afetado a fins de utilidade pública.
- IV. O titular do direito é o Poder Público (União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios) ou seus delegados (pessoas jurídicas públicas ou privadas autorizadas por lei ou por contrato).

A propósito dos elementos que definem a servidão administrativa, está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

80. Considere as seguintes assertivas:

- I. O espaço aéreo e o subsolo também podem ser objeto de desapropriação, quando da utilização do bem puder resultar prejuízo patrimonial ao proprietário.
- II. Determinados bens são inexpropriáveis; é o caso, por exemplo, dos direitos personalíssimos, como o direito pessoal do autor.
- III. Os bens do domínio dos Estados podem ser desapropriados pela União Federal e os dos Municípios, pelos Estados.
- IV. Os bens móveis, bem como os incorpóreos não são passíveis de desapropriação.

A propósito dos bens suscetíveis de desapropriação, está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.

Gestão da Qualidade e da Competitividade

81. Sobre conceito de qualidade considere o quadro abaixo.

AUTORES	VISÃO
1 – Feigenbaum	A – Adequação ao uso.
2 – Juran	B – Conformidade com as exigências.
3 – Crosby	C – Atendimento às expectativas do cliente.

A relação correta entre autores e sua respectiva visão sobre qualidade é:

- (A) 1-C; 2-A; 3-B.
- (B) 1-A; 2-C; 3-B.
- (C) 1-B; 2-A; 3-C.
- (D) 1-C; 2-B; 3-A.
- (E) 1-B; 2-C; 3-A.

82. Projetos que contemplam novos produtos ou serviços, ou ainda novos processos, seus planos de qualidade devem considerar:

- I. Atribuição específica de autoridade e responsabilidade nos diferentes estágios do projeto.
- II. Procedimentos específicos, métodos e instruções a serem aplicados no projeto.
- III. Programa adequado de inspeção, testes, verificação ou auditoria definidos em seus vários estágios.
- IV. Decidir quais funções de gerência precisam ser envolvidas e em qual estágio.
- V. Estimar o nível de recursos necessários.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e V.

83. A principal característica da técnica de PDCA é:

- (A) explorar potencialidades.
- (B) visualizar, em conjunto, as causas principais e secundárias de um problema.
- (C) mostrar características médias.
- (D) ajudar a lembrar pontos principais a serem abordados.
- (E) planejar e implantar processos, inclusive melhorias e/ou correções.

84. Refere-se a um método prescritivo, racional, estruturado e sistemático para o desenvolvimento de um processo de melhoria em um ambiente organizacional:

- (A) Diagrama de Causa e Efeito.
- (B) PDCA.
- (C) Fluxograma.
- (D) MASP.
- (E) Histograma.



Desenvolvimento de Lideranças

85. O Modelo Contingencial de Liderança considera como características situacionais importantes e favoráveis para liderar:

- (A) a descoberta dos resultados aos quais os subordinados estão tentando obter de seus trabalhos e da organização.
- (B) o poder da posição do líder, ou seja, da autoridade formal atribuída ao líder, independentemente de seu poder pessoal.
- (C) a expansão das tarefas e das responsabilidades dos funcionários.
- (D) a recompensa aos subordinados pelo alto desempenho e cumprimento de objetivos com resultados que eles desejam.
- (E) o respeito, a admiração e a fidelidade dos colegas de trabalho e subordinados.

86. A cada dia que passa as empresas procuram por líderes empreendedores. Na perspectiva das pessoas focadas em estratégias, a liderança empreendedora está associada

- (A) à Matriz de Responsabilidade.
- (B) ao Mapa Estratégico.
- (C) à Aprendizagem Organizacional.
- (D) à Técnica MASP.
- (E) à Técnica GUT.

Gestão Estratégica

87. A administração estratégica é realizada em etapas. Intenções sobre o que a organização deseja ser e onde quer chegar, faz parte

- (A) da Análise do Ambiente.
- (B) do Estabelecimento de Diretrizes.
- (C) da Implantação da Estratégia.
- (D) da Formulação da Estratégia.
- (E) do Controle Estratégico.

88. Ao realizar análise de cenários, são identificados alguns fatores úteis como:

- I. Criar consciência empresarial em relação aos aspectos do macroambiente que são desfavoráveis ou imutáveis, bem como aqueles em que a empresa atuará.
- II. Compreender os aspectos favoráveis e não favoráveis à introdução ou manutenção de um produto ou serviço em um determinado macroambiente.
- III. Proporcionar mais qualidade como apoio visual.
- IV. Aumentar os negócios por meio do desenvolvimento de novos mercados para seus produtos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

89. Considere a Matriz GUT abaixo:

PROBLEMAS	G	U	T
I	5	5	5
II	2	5	3
III	3	2	5
IV	5	5	4

Sobre a prioridade de resolução de problemas está correto o que consta em

- (A) I, IV, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III, I e IV.
- (D) III, IV, II e I.
- (E) II, IV, I e III.

90. O *Balanced Scorecard* é considerado

- (A) mecanismo que projeta e seleciona estratégias orientadas à realização dos objetivos.
- (B) processo de mudança de mentalidade que promove maior confiança a administração gerencial.
- (C) instrumento que integra as métricas derivadas da estratégia, como um sistema de gerenciamento estratégico.
- (D) instrumento que prioriza a identificação e a solução de problemas organizacionais.
- (E) sistema que padroniza os processos de planejamento, acompanhamento e controle das metas e planos de ação.

Gestão de Processos

91. Sobre Gestão de Processos, considere:

- I. A melhoria dos processos é uma ação básica para as organizações responderem às mudanças do ambiente no qual atuam e para manterem o sistema produtivo competitivo.
- II. A gestão de processos, apesar de trazer melhorias às organizações, aumenta o tempo entre a identificação de um problema de desempenho, e a implantação de soluções necessárias.
- III. O conceito de gestão de processos resultará no desenvolvimento de tecnologias como *workflow*, *groupware* e as aplicações de integração da empresa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) II.

92. Os itens relevantes ao mapeamento de processos são:

- I. Estimar os tempos de ciclo de todas as etapas.
- II. Maximizar a cadeia produtiva e transferir para o cliente final os ganhos advindos do relacionamento eficiente entre clientes e fornecedores.
- III. Aumentar a margem por incremento da satisfação do cliente em relação à qualidade do produto oferecido.
- IV. Promover uma estrutura para que os processos complexos possam ser avaliados de forma simples.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.



<p>93. Uma determinada empresa que presta serviços em telefonia móvel numa grande cidade, recebeu significativo número de reclamações de clientes por falta de sinal para fazer e receber ligações. A partir da origem das reclamações, identificou-se que 80% do problema de sinal estava relacionado a 20% dos clientes que residiam ou tentaram utilizar o serviço na zona sul da metrópole. Ao analisar o mapa da rede e as antenas disponíveis, verificou-se que estes clientes da zona sul estavam muito afastados das antenas disponíveis, e esta configuração de antenas deverá ser ampliada para melhorar a qualidade do sinal nessa zona. Assim, a técnica utilizada para mensurar os percentuais acima apresentados foi:</p> <p>(A) Análise de Custo-Benefício. (B) Mapa mental. (C) <i>Brainstorming</i>. (D) Gráfico de Gantt. (E) Análise de Pareto.</p>	<p>97. O gerente de projetos determina os recursos para compor a estrutura e a administração do projeto. A montagem da equipe de especialistas deve ser feita na seguinte fase do ciclo de vida do projeto:</p> <p>(A) Execução ou Implementação. (B) Planejamento. (C) Controle. (D) Definição ou Iniciação. (E) Encerramento ou Conclusão.</p>
<p>94. Muitas vezes concentramos energias na identificação do problema, quando na verdade deveríamos nos concentrar na identificação das causas que levam ao problema ou ao efeito. Desta forma, a análise de causa e efeito é uma técnica muito utilizada para identificar todas as causas que estão associadas a um determinado problema. Considere-se um dos passos da técnica de causa e efeito</p> <p>(A) realizar o mapeamento do processo. (B) desenhar o diagrama de espinha de peixe ou de <i>Ishikawa</i>. (C) desenhar o mapa mental. (D) desenhar o gráfico de Gantt. (E) criar um plano de contingência.</p>	<p>98. A declaração de trabalho possui a descrição do escopo do projeto e produz um ótimo instrumento para gerenciar as expectativas e lidar com as mudanças. Como ferramenta adicional à declaração de trabalho, a matriz de responsabilidades deve ser criada pelo gerente de projetos.</p> <p>Um dos principais objetivos desta matriz é:</p> <p>(A) demonstrar o organograma da equipe do projeto. (B) permitir a interação entre as organizações e grupos de trabalho. (C) apresentar as medições de progresso. (D) apresentar apenas as estimativas de prazo. (E) identificar os riscos do projeto.</p>
<p>95. O processo de levantamento de informações para entendimento de algum tipo de problema, ou para encontrar uma solução pode ser um trabalho mais difícil quando utiliza-se técnicas formais de entrevistas e reuniões em grupo. A utilização de técnicas informais podem ser um caminho mais fácil para coletar informações preciosas sobre um determinado problema, pois não existe a pressão do formalismo que pode inibir a criatividade. Esta técnica informal utilizada em reuniões empresariais é o <i>Brainstorming</i> que</p> <p>(A) realiza entrevistas individuais. (B) abrevia e interpreta as ideias apresentadas pelos participantes no ato em que elas são anotadas. (C) limita o número de ideias colocadas por participante. (D) seleciona as ideias no ato em que as mesmas são apresentadas pelos participantes. (E) estimula as ideias criativas e, muitas vezes, exóticas por parte dos participantes.</p>	<p>99. O escopo de um projeto possui as necessidades e desejos dos principais interessados que resultará em produtos e/ou serviços fornecidos. Qualquer mudança do escopo deverá ser comunicada, armazenada e analisada com objetivo de alcançar consenso e aceitação. A fase da matriz de comunicação que apresenta a mudança aceita corresponde a:</p> <p>(A) do Relatório de andamento. (B) da Monitoração e do Controle. (C) da Aceitação. (D) da Informação. (E) do Encerramento.</p>
<p style="text-align: center;">Gestão de Projetos</p> <p>96. Os ambientes empresariais e de projetos se diferem em diversos fatores. Dentre eles, pode-se afirmar que as atividades funcionais são permanentes e geram produtos sempre similares, mas as atividades de projeto possuem início, meio e fim bem definidos e geram produtos singulares tangíveis ou intangíveis. Desta forma, o produto gerado a partir do ambiente de projetos corresponde</p> <p>(A) à operação de usinas hidrelétricas. (B) ao processamento de pedidos por mês. (C) ao um atendimento de 100 clientes por dia, por um caixa. (D) à manutenção de equipamentos de telefonia. (E) a novas diretrizes de contratação de pessoal.</p>	<p>100. A identificação dos riscos do projeto é uma das tarefas do gerente de projetos que exige larga experiência e habilidades de comunicação. Consultar a equipe do projeto está entre as técnicas existentes para identificação dos riscos, assim como</p> <p>(A) elaborar um plano de contingência. (B) discernir a magnitude do risco. (C) utilizar a teoria de probabilidades. (D) consultar os registros de projetos similares. (E) transferir os riscos.</p>